

KILAMBA

Moradores não têm que pagar já prestações de 2015, diz AADIC

Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC) garante que cobrança de duas prestações por mês para compensar o que está em atrasos é ilegal.

OSVALDO MANUEL

Os moradores do Kilamba não são obrigados a liquidar duas prestações por mês, para compensar pagamentos não realizados no ano passado, defendeu o conselho da Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC). Segundo Miguel Ângelo, que falou aos jornalistas após uma reunião, na passada quinta-feira, 4 de Fevereiro, com moradores da centralidade, os atrasados de 2015 devem ser pagos no final do contrato, que assim devem ser estendidos pelo prazo de um ano.

"As obrigações dos moradores começaram em Janeiro [de 2016] e não há nenhum diploma legal que obrigue ao pagamento de prestações anteriores", disse, acrescentando que a AADIC já "endereçou duas cartas à Procuradoria Geral República (PGR) a manifestar descontentamento e a ilegalidade na cobrança de prestações em atraso".

"Até ao momento, a PGR mantém-se em silêncio", referiu, lembrando que a entidade gestora do projecto, a Imogestim, não tem competências para exigir o pagamento de prestações atrasadas. "A PGR é o órgão competente constitucionalmente para atender a questões ligadas aos direitos colectivos", sublinhou Miguel Ângelo, reiterando que "no âmbito do princípio da legalidade, questionamos o fundamento legal das cobranças das prestações de 2015".

"As cobranças não foram feitas no devido tempo, não sendo feitas, não retroagem, porque houve impossibilidade de cumprimento da obrigação" por parte dos moradores, por responsabilidade da entidade gestora.

Em Outubro de 2015, recorda-se, a Imogestim anunciou que os moradores das centralidades teriam que começar a pagar, a partir de Novembro desse ano, duas prestações mensais, para ir liquidar os valores atrasados relativos ao ano passado.

Agora, responsável da AADIC alega que os moradores das centralidades e urbanizações de Luanda, em particular o Kilamba, não estão em incumprimento, porque a gestora do empreendimento não entregou nenhuma notificação formal para os inquilinos cumprirem com os pagamentos.

Ludmila Dinis, coordenadora jurídica da Comissão de Moradores do Kilamba, disse estar de acordo com a posição da AADIC, garantindo que os moradores estão disponíveis apenas para



AADIC afirma já ter enviado duas cartas à PGR sobre o assunto, mas ainda aguarda resposta da entidade

"efectuarem os pagamentos das prestações de 2016.

"Não pretendemos pagar agora as prestações em falta, porque os constrangimentos não foram causados por nós", sublinhou.

Moradores indignados

No encontro com a AADIC, vários moradores mostraram-se descontentes com a forma como o processo tem sido conduzido por parte da Imogestim em relação ao pagamento dos atrasados.

"A Lei é clara. Isto não está na Lei", afirmaram alguns.

Adílio Lisboa, residente na centralidade do Kilamba há três anos, afirmou ser "muito pesado" realizar o pagamento de duas prestações por mês e garantiu que "a prevalecer esta decisão, vai tudo parar a tribunal".

"Não estamos preparados financeiramente nem psicologicamente para pagarmos as prestações de 2015, porque sabemos que estamos a viver um período difícil e, para além de liquidarmos a renda de casa, temos outras despesas com a família", disse, por seu turno, Graciete António, outra moradora.

Emanuel Gaspar, igualmente residente no Kilamba, sublinhou que a Imogestim "devia manter contacto permanente com os inquilinos", no sentido de evitar contradições. "Sentimo-nos um pouco apertados, porque, repentinamente obrigam-nos a pagar uma dupla mensalidade", afirmou.

Também Fernanda Van-Dúnen, residente do Kilamba há três anos, manifestou o seu descontentamento. "Convido o senhor [Mário] Guerra [assessor jurídico da Imogestim] para um debate com a nossa comissão", apelou.

LOJAS DO SEQUELE CUSTAM NO MÍNIMO 90 MIL USD

A Imogestim começou a comercialização das lojas da Centralidade do Sequele pelo equivalente a 1.500 USD por metro quadrado (m2). As lojas mais pequenas têm uma área de 60 m2 e as maiores perto de 110 m2. Ou seja, as mais reduzidas ficarão por cerca de 90 mil USD, enquanto as mais amplas custarão 165 mil USD, em ambos os casos, em equivalente em kwana. A gestora dos empreendimentos definiu, entre os critérios para selecção dos candidatos à compra, que seja dada prioridade a moradores da centralidade do Sequele. O apoio ao empresário local constitui outro critério, sendo que 60% das lojas serão disponibilizadas a comerciantes e empresários mais experientes. Após o processo de avaliação das candidaturas, os promitentes compradores seleccionados serão convidados para uma entrevista presencial, para a eventual assinatura de contrato e entrega da factura pró-forma do valor do imóvel. Estão disponíveis 158 lojas, sendo o processo de candidaturas encerrado hoje, sexta-feira, 12 de Fevereiro.

BREVES

Reformas desordenadas podem elevar riscos

A implementação desordenada de cortes na despesa pública e a aplicação das reformas estruturais podem contribuir para prejudicar ainda mais o ambiente económico que Angola enfrenta este ano, alertou o gabinete de estudos económicos do BPI, "dono" de 50,1% do BFA. "A perspectiva de curto-prazo continua desafiante devido ao ambiente externo adverso, pois os preços internacionais do petróleo não devem recuperar rapidamente para os níveis registados no passado", diz o banco numa nota de análise aos mercados africanos.

Arrendamento em debate em Luanda

A Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA), a AICEP, a Miranda e o escritório Fátima Freitas Advogados promovem, na próxima terça-feira, dia 16 de Fevereiro, no Instituto Camões, em Luanda, uma sessão de esclarecimento sobre a nova Lei do Arrendamento Urbano angolano.

China concede 500 mil para compra de vacinas

O governo chinês vai conceder uma ajuda de 500 mil USD a Angola para a compra de vacinas contra a febre amarela. A oferta surge em resposta a um pedido das autoridades angolanas para enfrentar o surto da doença, que já causou 36 óbitos no País, desde Dezembro. Só entre sexta-feira e sábado passados, por exemplo, foram notificados 23 casos suspeitos em Luanda, 16 dos quais em Viana, três no Cacuaço e um no Sambizanga, e foram declarados três óbitos em Viana, município onde foram detectados os primeiros casos.

Angola Telecom em mudança

O Governo quer entregar a gestão da Angola Telecom e vai vender activos no âmbito do processo de reestruturação daquela empresa pública de comunicações e multimédia, segundo uma decisão governamental citada pela Lusa. Por despacho presidencial foi já criada uma comissão interministerial responsável por conduzir o processo de reestruturação, que prevê, nomeadamente, a identificação, em 90 dias, dos activos da Angola Telecom a alienar.